

“Minha vista escureceu, fiquei tonto, caí de joelhos”: corpos dissidentes e (re)produção de violências no semiárido nordestino

(“Everything went dark, I got dizzy, I fell to my knees”: dissident bodies and (re)production of violence in Northeastern Brazil)

(“Se me oscureció la vista, me mareé, caí de rodillas”: cuerpos disidentes y (re)producción de violencias en el semiárido del Nordeste)

Adilma da Cunha Cavalcanti¹

Sávio Marcelino Gomes²

Marcos Cláudio Signorelli³

Alynnne Mendonça Saraiva Nagashima⁴

RESUMO: A pesquisa buscou compreender o fenômeno da violência nas vivências LGBTs. Realizou-se o estudo na cidade de Cuité, Paraíba, por meio de entrevistas semiestruturadas com 10 sujeitos participantes de um movimento social LGBT local. As entrevistas foram analisadas à luz da Análise de Conteúdo, da qual emergiram três categorias: 1. a violência em múltiplos espaços e fases da vida; 2. ecos da violência ao longo da vida; e 3. mecanismos de apoio e enfrentamento. Compreendeu-se o itinerário da violência sofrida: iniciando-se em casa, com a família, até as instituições – como escolas, delegacias e serviços de saúde –, refletindo em consequências físicas e psicológicas no decorrer de suas vidas e repercutindo, à medida que também são produzidas, na ininteligibilidade dos seus corpos pelos profissionais de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Minorias Sexuais e de Gênero. Homofobia. Transfobia.

Abstract: By means of semi-structured interviews conducted with 10 queer individuals participating in a local LGBT social movement, this study sought to understand the phenomenon of violence in LGBT experiences. Content Analysis revealed three categories: 1. violence in multiple spaces and stages of life; 2. echoes of violence throughout life; and 3. support and coping mechanisms. The itinerary of violence started at home, within the family, and spread to institutions, generating life-long physical and psychological consequences, as they are also produced in the unintelligibility of their bodies by health professionals.

Keywords: Violence. Sexual and Gender Minorities. Homophobia. Transphobia.

Resumen: Esta investigación pretendió comprender el fenómeno de la violencia en las experiencias LGBT. El estudio se realizó en la ciudad de Cuité, en Paraíba (Brasil), mediante entrevistas semiestruturadas con 10 sujetos participantes en un movimiento social LGBT local. Las entrevistas fueron tratadas con el Análisis de Contenido, del cual surgieron tres categorías: 1. Violencia en múltiples espacios y etapas de la vida; 2. Ecos de la violencia a lo largo de la vida; y 3. Mecanismos de apoyo y afrontamiento. Se comprendió el itinerario de la violencia sufrida, empezando por el hogar, con la familia, hasta las instituciones, reflejándose en consecuencias físicas y psicológicas a lo largo de sus vidas y repercutiendo, a medida que se producen, en la ininteligibilidad de sus cuerpos por parte de los profesionales de la salud.

Palabras clave: Violencia. Minorías Sexuales y de Género. Homofobia. Transfobia.

1 Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde. E-mail: adilmacavalcanti@yahoo.com.br

2 Professor do Departamento de Nutrição, Universidade Federal da Paraíba. E-mail: svgomes77@gmail.com

3 Professor do Departamento de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. E-mail: signorelli.marcos@gmail.com

4 Professora da Unidade Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde. E-mail: alynnems@hotmail.com



1 Introdução

A divisão entre sexo e gênero é necessária para compreender as experiências dos corpos em seus contextos, uma vez que os estudos de gênero sugerem uma descontinuidade entre corpo, gênero e desejo, possibilitando deslocamentos e produções de novas identidades que fogem do binário: masculino e feminino. Nesse sentido, novas experiências e categorias de análise são produzidas e nelas são inseridas as comunidades que englobam os LGBTI+: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e demais identidades. (BENTO, 2006; BUTLER, 2016; CONNELL, 2016)

Nessa fuga, de acordo com Butler (2016), os corpos e identidades produzidos são vistos como impossibilidades por não estarem de acordo com a matriz de inteligibilidade que regula e estabelece a naturalidade entre os corpos e desejos. Portanto, esses corpos são considerados dissidentes por estarem à margem em relação às normas de gênero e sexualidade estabelecidas culturalmente, sendo estigmatizados e deslegitimados. Ao evadir dos padrões da (hetero) normatividade compulsória⁵, essas experiências transitam para outra categoria: a de abjeto⁶, produtora de violências e consequente adoecimento desses corpos em seus espaços. (LEITE JUNIOR, 2012)

A violência é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um problema de saúde pública, sendo definida como o uso da força ou poder, de maneira efetiva ou como forma de ameaça, contra um indivíduo ou grupo e que cause ou tenha probabilidade de causar lesões, mortes, danos psicológicos, transtornos ou privações. (KRUG *et al.*, 2003)

Connell (2016), ao introduzir concepções sobre a territorialização do gênero, atenta para as produções de normatividades decorrentes de diferentes contextos – com atenção especial para as experiências do sul global, influenciadas pela colonização, onde são pouco analisadas e se constroem de diferentes formas em um mesmo território nacional. O Brasil, com suas dimensões continentais e diversidade cultural, apresenta especificidades que merecem ser investigadas a partir do prisma territorial.

De acordo com o relatório sobre violência contra a comunidade LGBT⁷, elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos no último ano, divulgado até então (2016), registraram-se 1.876 denúncias acerca de 2.907 violações de direitos humanos, enquanto, em 2018, o Grupo Gay da

5 Heteronormatividade compulsória diz respeito às normas impostas socialmente sobre os corpos, os quais devem se enquadrar dentro de uma lógica de naturalização da heterossexualidade e do gênero decorrentes do sexo. (JESUS, 2012)

6 Sinônimo de algo não aceito socialmente, que causa espanto, horror e repulsa.

7 A sigla LGBT será adotada neste texto devido a sua popularização no âmbito das políticas públicas; no entanto, compreende-se a importância da visibilidade a outras identidades dissidentes, tais como a intersexualidade.



Bahia (GGB) registrou 347 homicídios dessa população. (Brasil, 2018; MICHELS; MOTTI; PAULINHO, 2018)

Essas violações variam entre violência psicológica, física, discriminação, negligência, entre outras. (BRASIL, 2018) Segundo Albuquerque et al. (2016), a naturalização desses atos na forma de omissão social é um fator determinante na perpetuação dessas violências, que muitas vezes não são tão aparentes, mas que produzem consequências graves às suas vítimas.

Cientes das diferenças regionais do território brasileiro, na perspectiva de compreender como se comportam as violências contra a comunidade LGBT em um município de pequeno porte, no interior da Paraíba, semiárido nordestino, a presente pesquisa buscou responder às seguintes questões: como se compreende o fenômeno das violências contra LGBT's no interior da Paraíba? Quais as repercussões da violência nas vidas desses indivíduos? Quais as redes de apoio e estratégias de enfrentamento que foram utilizadas?

2 Metodologia

Adotou-se uma abordagem qualitativa para delineamento da pesquisa, partindo do referencial da Análise de Conteúdo Temática. Os participantes foram selecionados de forma intencional, por comporem o único grupo de movimento social LGBTI+ estruturado no município lócus da pesquisa.

O município de Cuité é situado na microrregião do Curimataú ocidental paraibano, no semiárido nordestino. De acordo com o Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2017), no ano de 2015, sua população foi estimada em 20.325 habitantes, com área territorial de 741,840 km², abrigando a 4ª Região Geoadministrativa do estado da Paraíba e sediando a 4ª gerência regional de saúde; fica localizado a 235 km da capital do estado, João Pessoa.

As origens do semiárido demarcam a necessidade de se considerar seu processo social para que as vivências investigadas não sejam compreendidas de apenas um ângulo. Trata-se de uma região em que as políticas públicas foram, e são, fundamentais para o desenvolvimento e produção local. A força feminina foi explorada para abastecimento de água em tempos de escassez, mas as raízes judaico-cristãs, juntamente com a essência do coronelismo, ainda se mantêm firmes no imaginário comum, ambos vislumbrados como esperança para melhorias. (MALVEZZI, 2007)

Na perspectiva de seleção dos indivíduos, estabeleceram-se os seguintes critérios de inclusão: 1. ter idade acima de 18 anos; e 2. reconhecer ter vivido algum tipo de violência LGBTfóbica. Participaram do estudo um total de dez indivíduos, que atenderam aos critérios de inclusão e de



saturação, em sua maioria: homens cisgêneros homossexuais⁸, entre estes alguns experienciam o gênero de forma funcional, enquanto *Drag Queen*⁹ mas também a partir da transgeneridade. A faixa etária variou entre 30 e 47 anos, solteiros e, em sua maioria, cristãos católicos, com escolaridade entre ensino fundamental incompleto (1), ensino fundamental completo (1), ensino médio completo (5), ensino superior completo (2) e ensino superior incompleto (1).

Para produção dos dados, adotou-se a técnica de entrevista semiestruturada, pelo seu potencial em auxiliar a compreensão de vida dos entrevistados. (BAUER; GASKELL, 2003) Portanto, o roteiro foi orientado pelos seguintes temas: tipo de violência; repercussões das violências e efetividade das redes de apoio; e estratégias de combate à violência. As entrevistas aconteceram presencialmente no ano de 2017, de forma individual, em local reservado, onde todas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

A análise foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2009), obedecendo às três fases fundamentais: 1. pré-análise, na qual se escolheu o corpus da pesquisa, sendo este as entrevistas em texto, em conjunto com sua primeira leitura e organização para a próxima fase; 2. análise do material, em que foram selecionadas as unidades de registro, classificação e agregação em categorias; e 3. tratamento dos resultados, a serem interpretados e discutidos à luz do referencial teórico sobre gênero e violência.

A pesquisa seguiu os critérios estabelecidos na resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – que trata sobre as pesquisas que envolvem seres humanos –, sendo aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), sob parecer 1.912.740 e CAAE: 62646716.6.0000.518.

A finalidade do projeto foi explicada aos participantes. Em seguida, foram informados também sobre o anonimato, sigilo das informações e desistência da colaboração, visto que todas essas informações estão garantidas pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – que foi fornecido e assinado antes da realização das entrevistas, em duas vias, uma para o participante e outra para o pesquisador. Para garantir o anonimato, utilizou-se como pseudônimo a letra E (entrevistado), seguida de um número correspondente a cada participante.

3 Resultados e discussão

Dos discursos apresentados, surgiram três categorias: 1. a violência em múltiplos espaços

8 O gênero empreendido na escrita, portanto, corresponderá ao masculino devido à sua maioria na composição do estudo e à dificuldade em se aplicar a neutralidade de gênero na língua portuguesa, em muitos casos. Mas, destaca-se que há, entre os participantes, uma mulher transgênero.

9 Drag Queen diz respeito a indivíduos que utilizam do gênero enquanto categoria de funcionalidade, utilizando a feminilidade estereotipada e exacerbada em apresentações artísticas. (JESUS, 2012)



e fases da vida, a partir da qual são caracterizadas as modalidades de violências enfrentadas pelos participantes ao longo de suas vidas, bem como um resgate das bases que as constituem enquanto práticas de opressão; 2. ecos da violência ao longo da vida, o que, por sua vez, coloca em xeque os desdobramentos dessas violências; e 3. mecanismos de apoio e enfrentamento, na busca da compreensão das formas e sentidos sobre o modo de lidar com a violência, nas experiências dos depoentes.

3.1 A violência em múltiplos espaços e fases da vida

As violências experienciadas pelos depoentes se enquadram nas seguintes categorias: violência psicológica, institucional, física, intrafamiliar/doméstica e conjugal. Os relatos, no entanto, dizem respeito à maior ocorrência de violência psicológica, corroborando com os dados do levantamento oficial sobre violação de direitos humanos da comunidade LGBT no Brasil, publicado em 2018. (BRASIL, 2018)

De acordo com o até então Ministério dos Direitos Humanos¹⁰, as violências denunciadas, por meio do Disque Direitos Humanos (Disque 100), iniciam aos 18 anos para as travestis, transgêneros e gays. (BRASIL, 2018) Contudo, os relatos dos participantes trazem à tona lembranças de violências sofridas ainda na infância, como é possível observar no relato do E3, sobre violência física e psicológica:

Eu cheguei a apanhar mesmo na escola! Apanhar, de chegar em casa chorando! Sofri muito na infância... a época da escola eu acho uma época muito difícil pra gente, porque nós somos tachados dentro da escola pelos apelidos: florzinha, mulherzinha e por aí vai [...]. (E3)

A violência LGBTfóbica em ambiente escolar é relatada por diversas autoras e autores brasileiros (COUTO JUNIOR; OSWALD; POCAHY, 2018; PRADO; VALÉRIO, 2019), bem como em outros países da América Latina (ESPEJO, 2018), como um problema emergente na contemporaneidade, mas que perdura no decorrer do tempo, perante a negligência da importância desses conflitos e da efetivação de estratégias de regulação.

Segundo Silva (2014), a faixa etária mais acometida seria entre o fim da infância e início da adolescência, entre 8 e 12 anos, quando, muitas vezes, as crianças que praticam o bullying não sabem a dimensão do constrangimento e agravo psicológico que causam para as outras crianças, reproduzindo, entretanto, comportamentos e atitudes (re)produzidos socialmente, principalmente no meio familiar.

¹⁰ Renomeado em 2019 para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.



Após o período escolar, quando concluído, o mundo de trabalho garante a manutenção dessas violências, frequentemente institucionalizadas, como destacam E6 e E10:

Descobri uma personagem em mim, uma personagem feminina, uma “Dragqueen”, esta personagem acho que veio atrapalhar algumas oportunidades de emprego. A personagem acabou sendo um empecilho e eu passei por muita coisa dentro, durante, antes, depois para conseguir um emprego. (E6)

Uma vez fui impedido de dar aula a um aluno por eu ser gay. O pai revoltado pediu para que o diretor tirasse o aluno da sala de aula porque eu era gay, e ele tirou. (E10)

Uma peculiaridade imposta pelo cenário da pesquisa é a de que esta se passa em um município de pequeno porte, propício às inter-relações entre seus habitantes de forma mais íntima, favorecendo grandes redes que conectam as vidas daqueles que ali habitam, o que, no caso relatado por E6, pode intensificar a figura feminina para além de um personagem, na perspectiva dos sujeitos ao seu redor.

O feminino em corpos não naturalmente femininos, por sua vez – principalmente nas vivências travestis e transgênero –, enfrenta experiências semelhantes às relatadas por Gomes Filho et al. (2018): nos municípios de pequeno porte, os mecanismos de regulação de gênero atuam como barreiras no mercado de trabalho.

A sexualidade/orientação sexual do sujeito também é alvo de regulação, como demonstrado na tese de Garcia (2017). No trabalho, a autora realizou um experimento chamado de teste por correspondência, que consistiu em simular o contato entre empregadores reais e candidatos fictícios, no qual pôde constatar que estar associado ou identificado como homossexual tem efeito negativo na possibilidade de contratação.

O processo de regulação dos corpos, entretanto, não se concentra apenas no campo do mercado, ele ocorre de forma introdutória no meio familiar, como relatam E10 e E6:

Esta questão é mais complicada, minha relação com meu pai nunca foi boa desde criança [...] sempre arrumou uma maneira de não dá certo a relação, aí nunca teve uma relação concreta, com paz. E com 18 anos tive que tomar uma decisão, eu disse: “Eu vou embora” e fui... (E10)

Essa relação foi e hoje ainda é complicada! Hoje tenho 31 anos e ainda me deparo com esta violência, meu pai é muito machista, supergrosso, desde a minha infância que eu sofro os maus tratos [...], não aceitou nem aceita até hoje a minha condição sexual. (E6)

É no espaço privado da casa que se estabelecem os primeiros conflitos e mecanismos de regulação do gênero e da sexualidade. Os sujeitos são introduzidos em formas concretas de violência, sejam estas físicas ou psicológicas, sendo experiências bastante comuns. Dessa maneira, como relatam Soliva e Silva Júnior (2014), entra-se em contradição a constante expectativa de que



a família corresponde a segurança e refúgio. Esses elementos estabelecem uma especificidade para a compreensão das violências vivenciadas pela população LGBT, uma dupla carga de rejeição: social e geracional.

Outras formas de violência se fizeram presentes nas experiências dos entrevistados, com destaque aos relatos do E1 e E2:

Me deu um 'telefone' com as duas mãos por trás! Fiquei surdo! Foram duas pancadas no ouvido. Minha vista escureceu, fiquei tonto, cai de joelhos e fui empurrado para o chão de vez! Levei um chute! Meu rosto estava pesado de tanta pancada que não conseguia pensar. Colocou o pé no meu peito, me pisou [...] dor não sentia mais. Levei outra pancada na nuca e outra pancada com barra de ferro na cabeça e na nuca... fiquei um mês na UTI, 14 dias em coma, meu rosto ficou com sangue pisado, todo arrebitado. (E1)

La saindo de uma festa e fui agredido fisicamente com um soco no rosto! Fiquei com a boca roxa e o olho também! Foi uma agressão totalmente gratuita. Nem sequer eu conhecia. Ele apenas relatou depois que me viu saindo sozinha e eu ia pra casa, e ele disse: 'Não! Eu vou bater nele e pronto!', me escolheu e eu fui a vítima. (E2)

De acordo com o relatório de violência LGBTfóbica de 2018 (BRASIL, 2018), os suspeitos não são informados, na maior parte das denúncias de agressões; no caso do E1, sua denúncia não foi efetuada com medo de represália. Já no relato do E2, o perfil do suspeito é totalmente desconhecido e não apresentava nenhum vínculo com a vítima, revelando um processo de fragilização da segurança, em que a motivação se dá pelo simples fato do ser, reafirmando a condição LGBT à categoria de abjeto (LEITE JUNIOR, 2012) – o que gera repercussões durante toda a vida –, como será apresentado na próxima categoria.

O caso revelado por E2 contrapõe a tese levantada por alguns: de que todos os brasileiros estão sujeitos a sofrer violência igualmente na atualidade, tanto heterossexuais quanto LGBTs. Dificilmente uma pessoa heterossexual seria vítima desse tipo de manifestação violenta, de maneira gratuita, pelo simples fato de existir. Poderia haver outros fatores que colocariam heterossexuais e LGBTs em posição de igualdade, como roubo de pertences, por exemplo (violência patrimonial). Entretanto, não foi este o caso explicitado, no qual a simples existência do E2 gera repulsa, e o agressor reage com violência física por motivação de cunho LGBTfóbico.

3.2 Ecos da violência: repercussões ao longo da vida

As violências vivenciadas pelos depoentes não se resumem a momentos isolados, elas se perpetuam e atravessam as experiências de vida, como E1 desvela em seu discurso:

Eu levei uns 6 meses para tentar voltar a minha vida normal [...] foi onde eu percebi que realmente a gente tem que ter mais cuidado agora com a vida, porque a gente que é homossexual, a gente mata dois leões por dia, a sobrevivência e o preconceito. (E1)



Observa-se, na fala acima, que após ser vítima de violência, E1 revela que demorou para se recuperar e que foi a partir dessa vivência que ele confirmou para si mesmo o quanto ser homossexual em uma sociedade heteronormativa é entrar em uma batalha pela sobrevivência. De acordo com Minayo (2006), as violências podem ocasionar prejuízos físicos, mentais e emocionais que são capazes de interferir na vida pública e no trabalho das vítimas, trazendo repercussões significativas nas trajetórias de vida dos participantes.

De acordo com os achados de Rios et al. (2018), pessoas LGBT que passam por experiências de violências tendem a relatar problemas de saúde mental e de comportamentos sociais, o que Peixoto (2018) pontua como fruto da LGBTFobia, para manutenção de um projeto social conservador.

O medo é um elemento essencial na sustentação desse projeto, ele ecoa das situações de violências vividas diariamente pela população LGBT e se materializa em limitações pessoais, autoimpostas pelos depoentes, como relatam E2 e E3:

[...] a gente repensou algumas práticas, como andar só à noite, o fato de consumir bebidas [...]. (E2)

[...] fiquei meio receoso em me comportar diante das pessoas, eu acho que foi uma coisa que veio assim... para muitos fica um trauma muito grande, mas pra mim serviu como uma lição [...]. (E3)

Para efetiva manutenção desse sistema hegemônico e heteronormativo, faz-se necessário que os dispositivos de poder sejam apoiados na exploração, dominação, inferiorização e opressão dos gêneros e das sexualidades LGBTs, com fortes raízes moralistas, responsáveis pela criação de um modus operandi que atenda a seus desejos e valores. (PEIXOTO, 2018)

Esse processo regulatório gera, portanto, sentimento de deslocamento social e culpabilização, como ilustra E4:

[...] você se sente um pouco excluído, se sente diferente, então você pensa, ficando pensando que você é diferente, que tem algo errado e aí você fica se questionando. (E4)

A exclusão é um reflexo social à condição de abjeto, que, por sua vez, deriva dos significados atribuídos à condição LGBT ao longo da história: ora monstros, ora pecadores, ora criminosos, ora patológicos, mas em geral sempre à margem das normas. (LEITE JUNIOR, 2012) Dessa maneira, desenvolve-se o sentimento de exclusão, externado por E4, enquanto uma forma de violência mas também da perpetuação desta.

Existe ainda uma diferença quanto às vivências que deve ser considerada: com relação à



feminilidade performada por alguns corpos, exposta na fala do E1:

A gente [...] é malvisto, você chega em uma festa todo mundo para, todo mundo lhe observa, aí você fica naquela imaginação, o que que eles estão pensando? (E1)

O mesmo foi constatado no estudo de Rios et al. (2018), no qual os homens com mais traços femininos sofreram duas vezes mais violência em relação a homens masculinizados, o que aumenta, por exemplo, quando se trata das chances de uma pessoa transgênero sofrer violência, de acordo com os dados do Ministério dos Direitos Humanos. (BRASIL, 2018)

Esses aspectos fazem referência às exigências normativas produzidas socialmente com a finalidade de organizar o sistema de gênero, de acordo com a cisgeneridade e a heterossexualidade. Em espaços públicos, performar a norma ou o que se chama passabilidade, em geral, garante uma possibilidade de segurança. (PONTES; SILVA, 2017)

E1 relatou que, a partir da violência sofrida, voltou a vestir-se e caracterizar-se enquanto sujeito masculino como forma de sentir-se seguro:

Eu digo a todo mundo que foi Deus que me preparou a me vestir hoje como um rapaizinho normal, mudar meu jeito de me vestir, justamente por causa do preconceito [...]. (E1)

Assim como as violências se intensificam de acordo com o feminino empregado aos corpos, o interlocutor que sofreu o maior grau de violência foi também o que teve sua vida afetada em maior grau, para além das limitações acima:

Eu fiquei com uma doença chamada labirintite que sinto tontura de vez em quando por causa das pancadas, fiquei com esse problema, que até em meu trabalho, eu corto pouco cabelo, mexo pouco em cabelo, porque não posso mexer em produto químico e muita coisa me deixa tonto, justamente por causa desse problema. (E1)

No entanto, diferentes formas de enfrentamento desses problemas foram desenvolvidas pelos participantes no decorrer de suas vidas, estimuladas, muitas vezes, pelas fragilidades estabelecidas nos sistemas de segurança pública e serviços de saúde, conforme serão aprofundadas na próxima categoria.

3.3 Mecanismos de apoio e enfrentamento

As histórias de alguns depoentes revelaram o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento, pautadas na resiliência como forma de superar as violências vivenciadas, sendo apresentado na fala do E1:



[...] Depois de tudo que aconteceu em minha vida com isso aí, eu cresci muito em minha vida, eu aprendi a perdoar mais, respeitar mais e aconselhar mais pessoas a terem cuidado em relação a isso [...]. (E1)

De acordo com Sánchez (2015), essa abordagem se mostra promissora para a superação dos casos de violência de gênero e manutenção da saúde mental dos indivíduos que a sofrem, pois se trata de destacar e potencializar as capacidades individuais de enfrentar essas experiências.

Existem fatores de proteção e de risco que se relacionam à resiliência. De acordo com Angst (2009), “relações parentais satisfatórias, disponibilidade de fontes de apoio social, autoimagem positiva, crença ou religião etc.” estão ligadas a fatores de proteção. Os depoentes deste estudo demonstram, portanto, grande apoio de uma rede de amigos e religiosidade aflorada, que caracterizam importantes fatores para enfrentamento das adversidades.

Todavia, a falta de apoio social, descrita por E1, se configura enquanto fator de risco importante, contribuindo para a manutenção do medo:

[...] Isso é uma maldição, e maldição só acaba quando você entrega a Deus, perdoa, e eu perdoei, se eu for denunciar é a mesma coisa que estar mexendo com uma caixa de abelha, e ser picado depois, e segundo que se eu for me vingar de outra forma vai querer se vingar de volta e vai ficar um vai e vem e até se destruir todo mundo [...]. (E1)

No relato do E1, a religiosidade é utilizada como forma de se sentir seguro ante a sensação de insegurança – ocasionada pela ausência do Estado –, um mecanismo de se conformar com a impunidade da violência que, segundo outros relatos, é comum no contexto interiorano. A fala do E2 também revela a negligência da segurança pública diante desses casos de violência:

Eu fui à polícia, relatei o caso, eles fizeram uma busca, mas não encontraram o rapaz, ficou sendo não registrado nada oficialmente. [...] Já tem exemplos e fatos de violência contra as pessoas homoafetivas onde são registrados boletins, mas não prosseguimento nos casos, imagine lá. (E2)

O sistema de segurança pública pode agir enquanto reprodutor de violências quando estas se relacionam a um aparato ideológico, uma vez que o sistema é composto de agentes com subjetividades autônomas. Estes, por sua vez, desenvolvem funções estabelecidas, mas seus desempenhos podem variar de acordo com as discriminações em seu imaginário, e é nesse sentido que o sistema ocupa espaço relevante no processo de combate ou contribuição à violência. (FERREIRA; AGUINSKY; RODRIGUES, 2018)

Esse arcabouço ideológico, entretanto, não é exclusivo do sistema de segurança pública e gera deficiência em outros setores da sociedade, como na saúde, de acordo com E3:



Receoso em procurar, pois segundo relatos eles não estão preparados para atender; em questão de postos de saúde, hospitais, muita gente não sabe chegar, não sabe nem falar com a pessoa. (E3)

No âmbito da saúde, é comum lidar com o despreparo dos profissionais no cuidado à população LGBT. Eles não reconhecem ou não se sentem prontos para lidar com quaisquer demandas que fujam da normatividade ‘cisheterohegemônica’, panorama que é possível observar em todos os níveis do sistema de saúde. (GOMES et al., 2018)

Os serviços de saúde, portanto, além de não interromperem os ciclos de violência, afastam os corpos em sofrimento e promovem uma dupla carga de violação. Isto ocorre a partir de gestos, olhares e falas no acolhimento, fazendo com que, assim como E3, outros indivíduos deixem de utilizar o SUS como referência para o cuidado em casos de violência. (SOUZA et al., 2015)

Oficialmente, desde 2004, existem recomendações governamentais sobre esses casos, a partir da publicação do Programa Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual Brasil (2004); Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (BRASIL, 2011); e, mais recentemente, da inclusão dos campos de nome social, identidade de gênero e orientação sexual na ficha de notificação de violências interpessoais e autoprovocadas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Essas são preenchidas compulsoriamente pelas equipes do sistema de saúde e, a partir de 2019, também por profissionais da educação e assistência social.

A não conformação, entretanto, dessas políticas públicas como políticas de Estado perpetuam e reforçam um cenário de ameaças ao desenvolvimento da resiliência, ampliando as consequências individuais e grupais das experiências de violência e dificultando sua prevenção e superação.

Além disso, é importante salientar que os sujeitos participantes desta pesquisa faziam parte de um grupo de movimento social LGBTI+ e que o pertencimento à determinada comunidade é um fator de fortalecimento e apoio mútuo, assim como é um espaço de aprendizagem e construção social e política. (GOMES, ZENAIDE, 2019)

Considerando então que esses sujeitos dissidentes vivem à margem de uma sociedade que os repulsa, pertencer a um grupo ou, como diz Guattari (2016), ser um “grupelho” é, muitas vezes, a fresta necessária para a construção de identidades e subjetividades plurais.

4 Considerações finais

O fenômeno da violência é complexo, multicausal, possui diversas faces e se materializa



ao longo das vivências LGBT de forma complexa, podendo ter variáveis dimensões: da violência simbólica à física; desde a infância, antes mesmo da compreensão do sujeito enquanto LGBT; em espaços diversos, como casa e escola; a evolução à medida que os indivíduos crescem, perseguindo-os em suas relações interpessoais e de trabalho; e na perspectiva de enquadramento constante dessas vivências às heteronormas sociais.

Em um contexto interiorano, parece haver uma intensificação dos casos de LGBTfobia, que derivam do ódio ao feminino, empregado nos corpos masculinos. Muitas vezes isso não compreendido pelos indivíduos que promovem a violência, o que dificulta vivências individuais mais livres para descoberta do corpo, em que estes, muitas vezes, abrem mão da feminilidade.

As violências, no entanto, não se encerram no ato, estas se manifestam em consequências que podem perseguir os indivíduos ao longo de suas vidas, atrapalhando seus relacionamentos sociais posteriores e suas capacidades laborais. Para superação dessas sequelas, os indivíduos tendem a desenvolver mecanismos de resiliência, a depender de seus fatores de proteção: apoio da família e amigos, de forma mais frequente. No entanto, deixam de contar com o apoio do Estado para consolidação de suas políticas públicas.

Este trabalho, todavia, tem como principal limitação o espectro de vivências LGBT, incluindo somente homens homossexuais e mulheres transexuais, limitando consequentemente a generalização dos resultados a essa comunidade, e não à população LGBT como um todo, mesmo que muitas das vivências possam atravessar todas as experiências. Para isso, faz-se necessária uma ampliação da proposta de pesquisa, buscando uma maior diversidade de indivíduos da comunidade.

Referências

- ALBUQUERQUE, G. A.; PARENTE, J. S.; BELÉM, J. M.; GARCIA, C. L. Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 100-111, 2016.
- ANGST, R. Psicologia e Resiliência: uma revisão literária. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 27, n. 58. p. 253-260, 2009.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.836, de 1 de dezembro de 2011*. Brasília, DF: Ministério de Saúde, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3kqzqzq>.



ly/3IWAYgm. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia*: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. *Violência LGBTfóbicas no Brasil*: dados da violência. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CONNELL, R. *Gênero em termos reais*. São Paulo: NVersos, 2016.

COUTO JUNIOR, D. R.; OSWALD, M. L. M. B.; POCAHY, F. A. Gênero, sexualidade e juventude(s): problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano escolar. *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 124-137, 2018.

ESPEJO, J. C. Discriminación y violencia homofóbica en el sistema escolar: estrategias de prevención, manejo y combate. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, v. 23, p. 1-24, 2018.

FERREIRA, G. G.; AGUINSKY, B. G.; RODRIGUES, M. C. Segurança pública e violência simbólica: as identidades trans entre o reconhecimento e a (in)visibilidade. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 9, p. 419-433, 2018.

GARCIA, J. G. *Orientação sexual e discriminação: um experimento no mercado de trabalho paulistano*. 2017. Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

GOMES FILHO, A. S.; ALBUQUERQUE FILHO, J. A.; ALBUQUERQUE, E. S. M.; MELO, M. A. S.; SILVA, L. M. Experiências no mercado de trabalho de travestis Cearenses: andanças entre as terras de Padre Cícero e São Francisco de Assis. *Brazilian Journal of Development*, São José dos Pinhais, v. 4, n. 2, p. 502-513, 2018.

GOMES, J. C.; ZENAIDE, M. N. T. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. *Revista de Educação Ciência e Tecnologia*, Canoas, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2019.

GOMES, S. M.; SOUSA, L. M. P.; VASCONCELOS, T. M.; NAGASHIMA, A. M. S. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 419-433, 2018.

GUATTARI, F. Somos todos grupelhos. In: GUATTARI, F. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 13-19.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidade de Cuité. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cuite/panorama>. Acesso em: 13 jan. 2019.



JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. 2. ed. Brasília, DF: Escritório de Direitos Autorais da Fundação da Biblioteca Nacional, 2012.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. *Informe mundial sobre la violencia y la salud*. Washington, D. C.: Organización Panamericana de la Salud, 2003.

LEITE JUNIOR, J. Transitar para onde? monstruosidade, (des) patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012.

MALVEZZI, R. *Semi-árido: uma visão holística*. Brasília, DF: Confea, 2007.

MICHELS, E.; MOTT, L.; PAULINHO. *População LGBT morta no Brasil: Relatório GGB 2018*. [Salvador]: Grupo Gay da Bahia, 2018.
MINAYO, M. C. S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

PEIXOTO, V. B. Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 8, p. 7-23, 2018.

PONTES, J. C.; SILVA, C. G. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 8, p. 396-417, 2017.

PRADO, M. A. M.; VALÉRIO, J. B. D. Dinâmica do preconceito por gênero e sexualidades no cotidiano escolar: os limites da democracia liberal. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 10, p. 373-401, 2019.

RIOS, L. F.; PAIVA, V. S. F.; BRIGNOL, S.; ALBUQUERQUE JUNIOR, D. L.; SANTOS, M. L. S. “Foi como se a gente tivesse visto a morte”: estigmatização, sofrimento psíquico e homossexualidade. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 140-158, 2018.

SÁNCHEZ, L. S. Resiliencia en violencia de género: un nuevo enfoque para los/las profesionales sanitarios/as. *Journal of Feminist, Gender and Women Studies*, Madrid, v. 1, p. 103-113, 2015.

SILVA, E. L. B. *Violência homofóbica e os movimentos sociais LGBT*. 2014. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SOLIVA, T. B.; SILVA JUNIOR, J. B. Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 124-148, 2014.

SOUZA, M. H. T.; MALVASI, P.; SIGNORELLI, M. C.; PEREIRA, P. P. G. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 767-776, 2015.

